



**Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS**  
**Procuradoria Jurídica**

Parecer nº 028/2019

Projeto de Lei nº 069/2019, que “Estabelece medidas e procedimentos para os casos de violência sistemática – bullying – contra alunos e profissionais de educação ocorridos nas instituições de ensino municipais e particulares no âmbito do Município de Sant'Ana do Livramento”. Constitucionalidade. Inteligência do art. 30, I e II, da CF. Necessidade/sugestão de adequação.

Trata-se de solicitação de parecer, formulada pelo Vereador Ulberto Navarro, datada de 18/06/2019, fls. 10, acerca do Projeto de Lei nº 069/2019, que “Estabelece medidas e procedimentos para os casos de violência sistemática – bullying – contra alunos e profissionais de educação ocorridos nas instituições de ensino municipais e particulares no âmbito do Município de Sant'Ana do Livramento”. Recebida a solicitação de parecer em 24/06/2019. Autuado e rubricado até fls. 10.

Inicialmente não se vislumbra óbice de competência legislativa em relação à matéria, as quais estão descritas no arts. 22 e 24 da Constituição Federal, vez que o tema do PL trata de amparo e medidas em favor de vítimas de “bullying”, tratando-se de política social aplicável a parcela de pessoas atingidas com as ações que o proponente deseja ser coibidas.

Diga-se que sobre o tema há a Lei Federal nº 13.185/2015, que “Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying)” - que possui alcance nacional<sup>1</sup> - traz inúmeras condutas que são reprisadas no PL apresentado. Mas deve se ressaltar que o PL vai além, criando procedimentos que objetivam a proteção das vítimas com encaminhamentos diversos.

Denota-se que o PL encontra amparo junto à Constituição Federal:

*Art. 30. Compete aos Municípios:*

*I - legislar sobre assuntos de interesse local;*

*II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*

---

<sup>1</sup> “Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática ( Bullying ) em todo o território nacional.”



## Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS

### Procuradoria Jurídica

Sobre a questão do interesse local, cabe colacionar a lição de Juraci Mourão Lopes

Filho<sup>2</sup>:

*“As competências materiais exclusivas dos Municípios se concentram principalmente, mas não unicamente, no art. 30 da Constituição Federal, sobretudo a partir do inciso V, que além de indicar pontualmente algumas atividades, aponta genericamente a responsabilidade pelos serviços públicos de **interesse local**, dado característico da atuação municipal como um todo.*

*Existe, assim, perceptível diferença em relação ao rol de competências materiais da União, que é taxativo. A constituição preferiu que as demandas locais não padecessem de qualquer dúvida quanto ao responsável por sua satisfação, pois são muitas e imprevisíveis em razão de ser o ambiente em que os cidadãos efetivamente vivem e sentem suas necessidades mais prementes, pelo que uma enumeração certamente seria insuficiente.*

*Portanto, conquanto sejam competências expressas, **elas não são determinadas por rol taxativo**, o que defere aos Municípios maior autonomia para exercer seu autogoverno e sua autoadministração.*

*No entanto, o texto constitucional não trouxe a definição ou mesmo critérios mais evidentes para determinar o que venha a ser o interesse local. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal também não se preocupou em traçar um arquétipo geral ao qual possa submeter casos específicos. Prefere o Pretório Excelso manifestar-se caso a caso, sem maiores fundamentações, sobre o que é e o que não é de interesse local.”*

Todavia, sugere-se ressalva em relação ao art. 4º do PL, cuja redação é a seguinte:

*“Para fins de prevenção e combate à violência nas escolas, **serão** adotadas as seguintes medidas:” [grifo nosso]*

A ressalva consiste na substituição da palavra “serão” por “poderão”, a fim de que se evite questão de inconstitucionalidade, pelo menos em relação às escolas da rede municipal, pois, mantida a redação, poderia estar configurada imposição ao Poder Executivo, ingerência na gestão, o que é vedado<sup>3</sup>.

<sup>2</sup> Competências Federativas – Na Constituição e nos precedentes do STF. Ed. JusPodivm. 2012. págs. 104.

<sup>3</sup> Constituição Estadual.



**Câmara Municipal de Sant'Ana do Livramento – RS**

**Procuradoria Jurídica**

É o parecer, s.m.j., de caráter opinativo<sup>4</sup>, pela constitucionalidade do PL em voga, com a ressalva referida.

Em que pese desnecessário explicitar, registre-se que o presente parecer não exime as Comissões pertinentes das respectivas análises acerca do PL.

Sant'Ana do Livramento, 28 de junho de 2019.

  
Christiano Fagundes da Silva

Procurador Jurídico

---

Art. 60. São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que:

II – disponham sobre:

d) criação, estruturação e **atribuições** das Secretarias e órgãos da administração pública.

Art. 82. Compete ao Governador, privativamente:

VII – dispor sobre a organização e o **funcionamento** da administração estadual.

Lei Orgânica.

Art. 102. Compete privativamente ao Prefeito:

V - dispor sobre a organização e o **funcionamento** da administração municipal, na forma da lei;

VIII - **expedir atos próprios de sua atividade administrativa**; [grifo nosso]

<sup>4</sup> STF. MS 24073.